

A INFLUÊNCIA DO MEIO NO PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

Regina Tortorella Reani¹
Reinaldo Paul Pérez Machado²

Resumo

O objetivo do trabalho é estudar a influencia do meio no planejamento urbano de São José dos Campos. A metodologia adotada foi levantamento e analise bibliográfica de livros e artigos da história do município, bem como o estudo das leis urbanísticas da cidade. O desenvolvimento de São José dos Campos se deve a fase sanatorial que viveu. A paisagem e o clima atraíram vários doentes que buscavam a cura da tuberculose. Em 1935 o município recebeu o título de Estância Climatéria e com isso grandes investimentos do governo e várias melhorias urbanísticas. No mesmo ano, a cidade passou a contar com um plano de zoneamento que a dividia em zona: comercial, sanatorial e residencial. As melhorias urbanísticas, vão valorizar a cidade e atrair novos investimentos, e esta passa a se dedicar à atração de uma nova atividade econômica: a indústria. Os investimentos realizados pelo Estado na cidade sanatorial propiciaram o melhor desenvolvimento da cidade industrial. Assim, vemos que o meio assume várias perspectivas ao longo desse processo. Se a cidade sanatorial atrai pelos seus ares bons, a cidade industrial se fixa a partir da construção de infraestrutura e superestrutura. Vemos a substituição do meio natural pelo meio técnico-científico-informacional.

Palavras-chave: planejamento urbano, organização do espaço e urbanismo

Introdução

O intuito deste trabalho é inserir o planejamento urbano na discussão a cerca da organização do espaço, e, desta forma, analisar o planejamento urbano na perspectiva da ciência geográfica. O planejamento urbano é uma forma de fazer uso consciente e ordenado do espaço, e assim, propiciar maior bem estar e melhores condições de vida, para aqueles que vivem na cidade.

¹ Geógrafa, Mestre em Engenharia Urbana, aluna de Doutorado no curso de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. (regina_reani@yahoo.com.br)

² Professor Doutor do Departamento de Geografia, da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. (rpmgis@usp.br)

Quando pensamos na história do homem sobre a Terra, vemos que houve uma grande evolução nos modos de vida, o desenvolvimento da técnica fez com que o homem interviesse cada vez mais na natureza, passando a transformar essa natureza. A cidade é o elemento que mais reflete as mudanças na vida do homem e na organização do espaço.

A evolução da história do Homem sobre a Natureza nos leva a fase atual, onde as sociedades estão mundializadas, as técnicas exploram cada vez mais os recursos naturais. A organização do espaço é fragmentada, as desigualdades sociais e a degradação ambiental ressaltam em meio às sociedades. Esta mudança na relação homem – natureza está relacionada ao desenvolvimento da técnica, de forma lenta, o homem vai desenvolvendo novas técnicas, e a cada nova técnica ele dá um passo a frente e se apropria cada vez mais da natureza. Temos a transformação da primeira natureza em segunda natureza.

Assim, é possível compreender que o espaço só é produzido e é produto com o desenvolvimento da técnica. O desenvolvimento de novas técnicas é que permite a utilização dos recursos naturais, o homem se utiliza dessa técnica, para assim, explorar cada vez mais a natureza, se apropriar e produzir espaço. Esse processo é longo e contínuo, sua origem remonta o aparecimento do homem na Terra.

O espaço humano, isto é o espaço geográfico, seja qual for o período histórico, é resultado da produção humana. “Isto marca a evolução do homem animal a homem social, ou seja, ocorre quando ele começa a produzir. Produzir é retirar da natureza os elementos indispensáveis a vida. Este fato só é possível pelo desenvolvimento de técnicas e instrumentos de trabalho” (SANTOS, 1978, p. 161).

Como coloca Santos, produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Para produzir o homem precisa de espaço. Assim, ele transforma a Natureza. A Natureza Primeira, é aquela onde não há ação humana, dá lugar a Natureza Segunda, que é a natureza transformada, ou socializada. O autor conclui que “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. (SANTOS, 1978, p.163)

A produção do espaço se torna mais evidente na cidade. A cidade é a revelação mais forte da paisagem humanizada. Na cidade a transformação da primeira natureza em segunda natureza é evidente, a ponto de esquecermos o que é a “natureza” quando vivemos em uma cidade.

As cidades, como fenômeno urbano, mudaram muito no decorrer da história. Como coloca Davis (1972) no livro *Urbanização da Humanidade*, “as sociedades urbanizadas, nas quais a maioria das pessoas vive agrupada em cidades, representam

um estágio novo, e fundamental, da evolução social” (DAVIS, 1972, p. 13). A cidade como conhecemos hoje, com toda sua estrutura, organização e aglomerações humanas, são características da Revolução Industrial e ganharam proporção a partir de meados do século XIX.

As sociedades primitivas iniciaram o longo processo de evolução, as chamadas cidades pré-industriais, há mais de um milênio, transformando-se em sociedades cada vez mais complexas, estabelecendo-se em vilas, organizando-se e aperfeiçoando suas técnicas.

Sjoberg (1972, p. 41 in Davis, 1972), faz a seguinte afirmação: “[...] Em todas as regiões, [...] brotaram e morreram cidades, mas a vida urbana, uma vez estabelecida, nunca chegou a desaparecer”. Hoje a cidade industrial é a forma urbana praticamente dominante em todo o mundo, mas a formação das cidades de hoje ocorreu de forma rápida, reflexo do processo de industrialização, e como consequência desse fenômeno urbano, surgiu uma nova configuração e estruturação das cidades, e também, novos problemas urbanos.

A organização espacial da cidade está sempre sendo modificada. O Estado cria leis, regras e normas, que vão intervir na produção do espaço e na sua organização, porém ainda vemos na cidade uma “desorganização”, expressa nos conflitos sociais, na segregação espacial, e nos inúmeros problemas urbanos, violência, trânsito, saneamento básico, enchentes e outros.

Acreditamos que o Estado intervindo na organização e produção do espaço urbano de forma planejada, através de políticas públicas urbanas e ambientais adequadas à realidade social e ambiental local, favorecerá o bem estar social e o equilíbrio ambiental da cidade como um todo.

Nesse sentido Moraes (2005, p. 140) afirma que “o grande agente de produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor na ocupação do território. Um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza”.

Milton Santos (1978) afirma que o Estado tem papel fundamental na organização do espaço, seja no seu surgimento ou nos dias atuais. Antigamente o espaço era determinado somente pela produção, pelo trabalho do homem. Hoje o espaço também é

determinado por políticas adotadas pelo Estado, como a construção de ferrovias, rodovias, aeroportos – ocupação e defesa militar:

A escolha pelo poder de forma de satisfação das necessidades coletivas constitui um elemento de reorganização espacial; quer dizer que cada opção realizada pelo Estado em matéria de investimento, mesmo improdutivo, atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados da organização do espaço. Assim, se tomamos os problemas do ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana dos mais modesto cidadão, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado como elemento fundamental de estudo, mesmo se a ação do Estado, quanto à reformulação do espaço, é marcada por contingências e por limitações” (SANTOS, 1978, p. 184).

Assim, as intencionalidades que o Estado coloca no espaço deveriam ser planejadas, de forma que se estabelecesse um ordenamento do espaço. O planejamento urbano é um instrumento importante para se estabelecer uma melhor organização espacial pelo Estado e pela sociedade.

O planejamento urbano é um processo contínuo, que envolve a elaboração de planos com objetivo de organizar o espaço, e assim, obter o melhor aproveitamento deste espaço para o bom desenvolvimento da vida humana, dotando-o de bens, serviços, equipamentos e infraestrutura, de modo a respeitar o equilíbrio do meio ambiente e o bem-estar da população. Para que o planejamento exista é preciso que ocorra a intervenção governamental e que os indivíduos aceitem a regulação pelo bem público.

Segundo Souza (2004, p. 17), “o planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, é uma atividade que remete sempre para o futuro. É uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios”. O ato de planejar é bastante antigo, todas as sociedades, inclusive as mais simples, planejam suas atividades.

O planejamento urbano surgiu no fim do século XIX e início do século XX na Europa e Estados Unidos, como uma das respostas aos problemas urbanos surgidos na cidade industrial.

No Brasil, o planejamento urbano é algo que passou a ser pensado efetivamente a partir da década de 1950 com a crescente urbanização do país, no entanto, o acelerado crescimento urbano aliado a falta de iniciativa política, dificultou a prática do planejamento urbano no país. O zoneamento urbano e o plano diretor foram adotados como principal

instrumento para ordenar o crescimento urbano, porém, deixam certas lacunas no processo de ordenamento da cidade.

Como explica Scarlato (1995), o planejamento urbano no Brasil, sempre foi pouco aplicado. A ação do Estado pouco se manifestou, enquanto se verificava a grande urbanização/industrialização que comandava a produção do espaço urbano. Sua ação deu-se sempre no sentido de intervir para ajustar a desordem, e não para suprimi-la.

Segundo Flávio Villaça (1995, p. 45), no Brasil, o que se pode chamar de “planejamento urbano” tem dois componentes fundamentais e bastante independentes um do outro. Um é o zoneamento e o outro o planejamento representado pela figura do plano diretor e seus equivalentes.

No entanto o município de São Jose dos Campos apresenta uma realidade um pouco diferente. Vemos uma grande atuação do Estado na região, influenciada principalmente pelas características do meio, o seu clima, relevo, o desenvolvimento urbanístico antecipado entre outros, atraíram os investimentos do governo, e a cidade gozou de certo planejamento urbano.

Organização do espaço e o planejamento urbano em São José Dos Campos-SP

São José dos Campos possui população de 642.807 habitantes (SEADE, 2010), sendo uma das maiores e mais importantes cidades do Estado de São Paulo. O município faz parte da mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, que compreende 39 municípios, sendo este o município sede, da Região Administrativa de São José dos Campos.

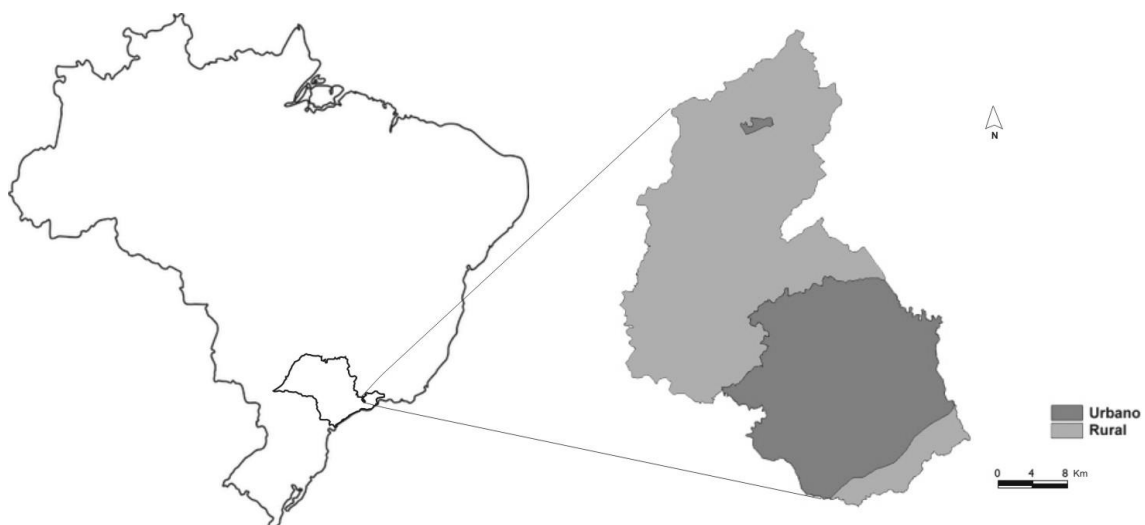


Figura 1 – Localização da área de estudo: São José dos Campos-SP

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos - Elaborado por Regina Tortorella Reani

Os principais eixos de expansão urbana na região do Vale do Paraíba acompanham o Rio Paraíba do Sul ou a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), assim, os diversos centros de expansão se estruturaram a partir do mesmo eixo viário, facilitando a comunicação e o processo de conurbação e integração funcional entre as cidades, onde São José dos Campos exerce o papel de pólo regional (IPEA, 2001).

A sua história está relacionada à expansão do café, o que trouxe riquezas para a região, e mais tarde a fase sanatorial, de atendimento aos doentes de tuberculose, que atuou fortemente no setor terciário, através da instalação de serviços variados, ganhando espaço para o planejamento urbano e políticas públicas que visavam o bem-estar dos pacientes e familiares.

Além desses fatores, a proximidade de São José dos Campos a Capital do estado (aproximadamente 97 km), contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, alta industrialização, e também, o título que a cidade recebe hoje de “Pólo Tecnológico”³ nos setores bélico, eletrônico e aeroespacial.

A transformação de São José dos Campos em pólo tecnológico teve início na década de 1940, foi marcada pelo autoritarismo, durante dois períodos ditatoriais: o Estado Novo e a Ditadura Militar. Através do Ministério da Aeronáutica, criado em 1941, o governo brasileiro escolheu o município para a instalação de uma estrutura propícia a capacitação tecnológica e industrial do País para o setor aeronáutico.

Assim, de 1940 a 1990 o município de São José dos Campos passou de cidade sanatorial a cidade industrial, e a produtora e difusora de alta tecnologia aeroespacial. A presente configuração do município está relacionada ao processo de reestruturação produtiva vigente e com especial incidência em São Paulo. Trata-se de processo mais complexo, que envolve mudanças significativas na qualidade do processo produtivo, bem como na estrutura industrial como um todo⁴. Podemos destacar em São José dos Campos a instalação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA),; o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD); à Implantação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), à criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), a Refinaria de Petróleo Henrique Lage (REVAP) e os

³ Sobre o termo “Pólo Tecnológico” ver o trabalho de José Adelino Medeiros, em especial “Perfil dos pólos tecnológicos brasileiros”. IBICT – CNI/Dampi – SEBRAE. Brasília: CNPq, 1991.

⁴ Sobre o tema da reestruturação produtiva ver os trabalhos de Sandra Lencioni, em especial “Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada”. In Santos, Milton Almeida dos; Souza, Maria Adélia Aparecida de; Silveira, M L, orgs. Território: globalização e fragmentação São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996.

investimentos no desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizados pelos setores públicos e privados.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através de estudos recentes, comparara São José dos Campos a Seattle nos Estados Unidos, e Toulouse, na França, no que trata o nível de projeção regional e internacional que possuem – em razão da especialização produtiva, também “pólos aeronáuticos” -, e ao nível de influência que exercem sobre lugares localizados além dos limites de seus respectivos *interlands*.

Face ao desenvolvimento tecnológico e econômico existente na cidade de São José dos Campos, bem como o acelerado crescimento populacional e expansão urbana, se torna importante estudar práticas de planejamento urbano, que visem um melhor ordenamento do espaço urbano bem como a manutenção do equilíbrio ambiental, produzindo assim um ambiente saudável para a sociedade.

São José dos Campos, hoje no centro de uma das áreas mais industrializadas e urbanizadas do país, nos mostra uma narrativa na qual os agentes principais das transformações urbanas e regionais são o Estado, o capital nacional e internacional atuando por meio do uso do instrumental do Planejamento Territorial (Lessa, 2001). Vemos, assim em São José dos Campos a presença da intervenção estatal e de planejamento.

A fase sanatorial, de tratamento da tuberculose, que a cidade viveu teve grande influência no seu planejamento urbano. A elevação da cidade a Estância Climatérica em 1935, trouxe recursos financeiros do Estado para o local, a cidade passou por um processo de embelezamento e higienização, com a abertura de avenidas largas, praças e arborização, e mais tarde, saneamento básico. A organização do espaço urbano de São José dos Campos, passa por uma série de transformações, como coloca Gomes da Silva et al (2009, p. 123):

Sem dúvida, foram o alinhamento e o alargamento das ruas que mais contribuíram para a transformação da paisagem urbana joseense. O mesmo se pode afirmar sobre o afastamento entre as laterais dos novos prédios e o alinhamento dos mesmos, que tiveram como parâmetro as idéias higienistas, para a limpeza e melhoria da circulação de ar das ruas e maior propagação dos raios de sol, e as idéias de modernidade, para o ordenamento e racionalização a produção e controle do espaço. Nas ruas recém-alargadas as novas construções de prédios deveriam estar adequadas aos novos padrões de arquitetura.⁵

⁵ As medidas urbanísticas eram discutidas na Câmara Municipal: “Na Avenida Marechal Floriano Peixoto, a colocação dos prédios deverá se distante do alinhamento vinte palmos, ficando uma área para ajardinamento (Ata da câmara, 15/03/1909, apud GOMES DA SILVA et al, 2009)

A fase sanatorial foi benéfica urbanisticamente, levou a cidade a pensar na sua organização espacial e no seu planejamento. Os investimentos criados nessa fase possibilitaram o melhor desenvolvimento econômico da cidade. As benfeitorias criadas, vão atrair novos investimentos, o governo passa a ter atuação cada vez mais forte na região.

Como coloca VIANNA (2004, p. 180), “A cidade da década de 1920 abria suas portas para a modernização, representada pelas reformas urbanas e urbanísticas, pela regulação dos espaços e normalização dos comportamentos, pelas facilidades conferidas aos “capitalistas” que sensivelmente percebessem as vantagens do próspero município”.

Assim, é no espaço sanatorial que vão se concentrar os investimentos públicos em infraestrutura, equipamentos e serviços, e que terá suas finalidades transformadas, bem como a área de moradia da população mais rica. É nesse espaço que ocorre a influencia da especulação imobiliária, os sanatórios perdem lugar e o crescimento da industrialização aponta uma nova realidade econômica, a área central, espaço dos sanatórios, dotada de infraestrutura passa a se valorizar cada vez mais. Já no final da década de 1940, a prefeitura aprovou um projeto de loteamento de alto padrão, baseado no conceito europeu das cidades-jardim, um “espaço privilegiado” incrustado na nobre zona sanatorial.

Em 1935 São José dos Campos já possuía lei de zoneamento urbano, que dividia a cidade em três zonas: residencial, comercial e sanatorial, marcando o início das intervenções urbanísticas no município. Justamente, devido a seu lugar de cidade Estância Climatérica, foi uma das primeiras cidades do interior paulista a ter um Plano Diretor (1961) com o grau de conhecimento produzido naquele momento.

O Plano Diretor da cidade foi desenvolvido pelo CPEU — Centro de Pesquisa Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. A principal característica do primeiro Plano Diretor de São José dos Campos, iniciado em 1958 e finalizado em 1964, constitui na preservação da zona habitacional, direcionando o uso industrial que se avolumava, indicando áreas de expansão, além de ser vanguarda na questão da regulamentação de loteamentos, feita pelo município e não pela legislação federal de 1937 (decreto-lei n. 58/37). Outros planos se seguiram para a cidade e a região, sempre reafirmando sua “vocação” industrial e direcionando o crescimento urbano no sentido do corredor da Dutra (LESSA, 2001)

Já nesse período o Plano desenvolvido pelo CPEU ressaltou problemas apresentados pela cidade, como o excesso de verticalização, dificuldades na circulação,

déficit de saneamento e o problema social das favelas. Já nesse momento a verticalização passou ser regularizada pelo zoneamento e lei de uso do solo, sendo um problemas que persiste acentuadamente no município até os dias atuais.

O Plano mostrou a necessidade de uma gestão integrada e mais ampla que unisse: governo do estado, união e municípios da região. A idéia do consorcio levou, em 1970, a criação da CODIVAP – Consorcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral.

Durante a ditadura Vargas, foram construídas a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e o CTA — Centro Técnico Aeroespacial, e o desenvolvimento do Plano do Reerguimento do Vale do Paraíba pelo IAC — Instituto Agrônômico de Campinas, a pedido do Governo do estado de São Paulo. Na Ditadura Militar, foram desenvolvidos outros projetos para região, o CODIVAP — Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e o Macro- Eixo, período de maior crescimento da estrutura do CTA; instalação das transnacionais; da indústria bélica; e da especulação imobiliária com a expansão da cidade e o nascimento de novos bairros, ricos e pobres (LESSA, 2001, p. 4).

A organização do espaço passa por um novo rearranjo, o planejamento urbano gira em torno do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), a cidade passa a fazer parte do processo de desconcentração industrial da metrópole de São Paulo, bem como do mercado internacional.

Vemos um desenvolvimento urbanístico da cidade, não somente nas suas novas ruas, avenidas e pontes, mas nos arrojados projetos arquitetônicos de casas e instalações fabris e comerciais. As avenidas que abrem o fundo do vale e as pontes e viadutos que o cortam são acompanhadas das casas de linhas retas, de concreto aparente, seguindo a linha de Niemayer para o projeto do CTA, incorporadas à paisagem, como havia observado Martins (apud VIANNA, 2004). Instalações comerciais, como um hipermercado que traduz o conceito moderno de compra e serviços reunidos no mesmo local (não por acaso, inaugurado à margem da via Dutra) seguem também este padrão visual e, além de representar o novo padrão de comportamento urbano, ao nomear a região onde se instalam, ratificam sua importância como símbolos da estrutura social e econômica que se modificara. (VIANNA, 2004, p. 180).

A arquitetura moderna influenciou outros setores da cidade, casas e prédios, e imprimiu aos contêrrâneos a necessidade de modernidade, outros arquitetos de renome, também, passaram por São José, como Ícaro de Castro Mello, Rino Levi, Roberto Burle Marx, etc. A avenida Nelson D'Ávilla, que liga o CTA ao centro da cidade e a Dutra demarcaram um novo eixo de crescimento da cidade (LESSA, 2001).

São José dos Campos, passou a fazer parte de um dos principais planejamentos regionais já desenvolvidos pelo Estado nacional, dotando a região de infraestrutura, com base no desenvolvimento no setor militar aeronáutico, levando a cidade se caracterizar hoje como uma região produtiva⁶, com especialização no setor aeroespacial. Como aponta Lessa (2001), o planejamento regional emergente nas décadas de 30 e 40, tomou como base o diagnóstico do meio físico, principalmente a partir do estudo das bacias hidrográficas, agregando os estudos sociológicos e econômicos. Mudou a abordagem feita ao conceito de meio, da perspectiva do sanitário, para o meio visto como meio geográfico, território sob a ação do homem. “Nessa mudança a preocupação não era mais com a ação do meio sobre o homem, mas do homem sobre o meio a partir do uso da técnica. Seu suporte é a geomorfologia, os elementos físicos do meio e as tecnologias apropriadas para manipulá-lo” (LESSA, 2001, P. 136).

É possível ver como o meio assume várias perspectivas. A cidade sanatorial atrai pelos seus bons ares, enquanto que a cidade industrial se fixa pela infraestrutura e benfeitorias dotadas na paisagem. Vemos a substituição do meio natural e do meio técnico, pelo meio técnico-científico-informacional. A evolução da técnica⁷ modifica as características do meio.

Como nos coloca Milton Santos:

“As atividades mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica. O meio ambiente construído se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza” (MILTON SANTOS, 1994, p. 73)

⁶ “O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial. [...] Mas é preciso não esquecer que a unidade espacial de trabalho é, aqui, o que se convencionou chamar de região produtiva. Defini-la, pois, vai exigir o reconhecimento das suas relações internas e externas mais importantes. [...] Na verdade, cada região produtiva se liga de forma maior ou menor a áreas externas do Estado. Os níveis e a intensidade dessa interação para dentro e para fora e cada Estado variam com o tempo. Pode-se dizer, também, que a cada momento histórico a definição das disparidades regionais muda. Esses dois princípios, o da mudança da natureza das disparidades regionais e o do tipo de relações, internas ou externas, mantidas pela região produtiva, constituem também um dos elementos complementares à compreensão da significação atual das redes de cidades, que, de uma maneira ou de outra, presidem às relações existentes. (SANTOS, 1985)

⁷ “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno” (MILTON SANTOS, 1994:30).

“A base técnica da sociedade e do espaço constitui hoje um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares” (MILTON SANTOS, 1994: 67)

Desta maneira, São José dos Campos perde as características da fase sanatorial, bons ares, clima, sol, e ganha uma nova face, a da indústria, do desenvolvimento técnico, dos novos meios de produção.

A transformação de São José dos Campos em meio técnico-científico informacional é evidente. Como nos coloca Vianna (2004), a cidade “não apenas participa da remodelação do território nacional- baseada na combinação de ciência, tecnologia e informação- como também, amparada pelo Estado, é pólo difusor de inovação, possibilitando essa transformação. Articulando ciência e tecnologia, e utilizando ambos no setor produtivo, a fim de dinamizar a economia, a cidade de São José dos Campos se beneficiou da política instituída com o I Plano de Desenvolvimento Nacional do período ditatorial. A estratégia tecnológica visava fortalecer o poder de competição nacional em setores prioritários, com foco em áreas tecnológicas específicas. Seguindo essas diretrizes, a atuação do governo foi ordenada e acelerada; áreas tecnológicas prioritárias foram definidas e desenvolvidas (incluindo a pesquisa espacial); a infra-estrutura tecnológica e a capacidade de inovação das empresas nacionais foram fortalecidas; a transferência de tecnologia foi acelerada e se promoveu a integração entre a indústria, a pesquisa e a Universidade, a partir da qual se estruturou um eixo de desenvolvimento centrado na educação, ciência e tecnologia ligada às empresas” (VIANNA, 2004, p. 155).

São José dos Campos se desenvolveu sob a disciplina sanitária e, a seguir, se estruturou sob uma organização de cunho militar, essa hierarquização e sistemas de poder, as relações sociais e os interesses econômicos, geraram uma segregação do espaço urbano, como coloca Vianna, “encobrendo o que não pode ser revelado, a lógica econômica desenhou o território; sua apropriação, no entanto, se deu sob a ideologia de desenvolvimento, apaziguadora e disciplinadora, que encobriu as desigualdades que o constituíram e ainda o alimentam” (VIANNA, 2004, p. 180).

No relatório elaborado pela Secretaria de Planejamento Urbano (SPU) da Prefeitura de São José dos Campos (PSJC), em 2009, para guiar a revisão e elaboração da nova lei de zoneamento urbano do município, foram levantadas uma série de situações problemas que o município enfrenta, muitos deles são problemas antigos, que nunca foram exauridos, como: inadequações e conflitos de uso e ocupação do solo, crescentes dificuldade de locomoção no meio urbano devido ao adensamento excessivo de algumas áreas, impermeabilização do solo e enchentes, grande verticalização da cidade em conflito com o padrão residencial horizontal, estes são alguns dos problemas apresentados pelo município de São José dos Campos.

Existem ainda muitos problemas na área rural, devido a descapitalização do produtor rural, constatou-se neste relatório da SPU-PSJC, que nas últimas décadas parcela significativa das propriedades encontram-se ociosas. No final da década de 80 e início dos anos 90, parte foi ocupada por loteamentos clandestinos, totalizando 36 loteamentos, a maior parte situada na região norte do município. Outro enclave na cidade que causam problemas para a melhor integração viária da cidade são os loteamentos com excessivo número de ruas sem saída e o fechamento de grandes áreas residenciais, o município apresenta um grande número de condomínios horizontais fechados, muitos deles no meio da cidade. Tal fato, também, ressalta a forte segregação espacial existente na cidade.

Como coloca o relatório da SPU-PSJC (2009), a cidade passa por um intenso processo de ocupação, gerando vários problemas ao meio ambiente, como a verticalização em determinados locais fechando os horizontes e as perspectivas visuais da cidade. Neste sentido, destaca-se também a descaracterização das margens do Rio Paraíba do Sul ao longo do tempo, e mais recentemente da orla de suas várzeas por meio de ocupações clandestinas. A ocupação de fundos de vale vem comprometendo a dinâmica fluvial dos córregos urbanos e expondo a população a enchentes e alagamentos. A pressão urbana sobre áreas com vegetação remanescente de cerrado, espécie arbórea protegida por lei.

O relatório ainda conclui que a última lei de zoneamento (n.165/97), desatualizada em mais de dez anos, acumula mais de 100 alterações, está descaracterizada e não atende à dinâmica da cidade. Coloca ainda a importância de uma nova legislação, mais abrangente, que contenha o processo de perifização da cidade, garantindo a moradia da população e a ocupação de vazios urbanos já dotados de infraestrutura.

Nesse sentido, vemos que o município de São José dos Campos passou por uma série de transformações no espaço urbano, a sua organização espacial sofreu grandes alterações decorrentes da produção do espaço, ora decorrente da plantação do café, ora na era sanatorial e atualmente na fase industrial, de grande desenvolvimento tecnológico e informacional. Porém, em todas essas fases o meio urbano, apresentou problemas, e muitos deles não foram solucionados persistindo até os dias atuais. Estes problemas se tornam maior no que trata do “meio ambiente natural”, a cidade cresceu e se desenvolveu a custas da exploração da natureza. Os problemas ambientais da atualidade nos remetem a refletir sobre a importância de proteger a natureza e manter o equilíbrio ambiental no desenvolvimento das cidades, tornando-se importante inserir com maior atenção a dimensão ambiental no planejamento urbano.

Considerações finais

O homem produz o espaço. Produzir é retirar da natureza os recursos essenciais a vida. O homem se apropria da natureza e a transforma. A natureza primeira, ou seja, aquela onde não há ação humana é substituída pela natureza segunda, que é esta natureza socializada, onde o homem intervém profundamente com o desenvolvimento da técnica.

As cidades são a maior evidencia da transformação da natureza primeira em natureza segunda. No entanto, a produção do espaço urbano evidencia também, o quanto o homem pode modificar a natureza, destruí-la e degradá-la. A apropriação da natureza pelo homem nem sempre é feita de forma harmônica, ocorre uma exploração, um descuido com o meio ambiente, que muitas vezes recai sobre a própria vida humana.

Acreditamos que a organização do espaço urbano precisa ser melhor planejada, com maior atuação do Estado e da sociedade civil, de forma harmônica buscando o equilíbrio ambiental e melhores condições de vida.

O planejamento urbano é uma prática antiga, surgiu no final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos e Europa, no entanto, teve pouca disseminação no Brasil, que frente ao acelerado processo de urbanização e expansão das cidades, pouco planejou suas cidades, levando a um crescimento desordenado das mesmas, onde vemos frequentemente diversos problemas urbanos como enchentes, deslizamentos, congestionamentos, falta de saneamento básico, entre outros.

O planejamento urbano é uma política que deve ser adotada pelos municípios visando o melhor desenvolvimento da vida em harmonia com a natureza e seus recursos, de modo a garantir uma boa qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

O município de São José dos Campos é um dos poucos lugares do Brasil que gozaram de planejamento urbano, tivemos um rápido desenvolvimento da cidade com uma boa qualidade de vida, porém, esta qualidade não atinge a todos, ainda vemos na cidade uma grande desigualdade social, segregação espacial e degradação da natureza, pois, o planejamento urbano adotada na cidade buscava o desenvolvimento financeiro e econômico, assim, é preciso adotar políticas que atuem também, no desenvolvimento social e ambiental do município, de modo a garantir melhores condições de vida a sociedade como um todo.

Bibliografia

DAVIS, Kingsley et. al. **A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro, 1972.

GOMES DA SILVA, G. et al. Entre Vila e Cidade: São José dos Campos no Final do Século XIX. In: PAPALLI, M.A. e ZANETTI, V. (orgs). **Câmara Municipal de São José dos Campos: Cidade e Poder**. São Paulo: Intergraf. Série São José dos Campos: História e Cidade, vol. 2. 2009

IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste**. vol. 5. Brasília: IPEA, 2001.

LESSA, S. N. **São José dos Campos: o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba**. (Tese de doutorado – Pós-graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2001.

_____.A construção do pólo regional do Vale do Paraíba: planejamento regional e ordenamento territorial de São José dos Campos. In: PAPALLI, M.A. e ZANETTI, V. (orgs). **Os Campos da Cidade: São José Revisitada**. São Paulo: Intergraf. Série São José dos Campos: História e Cidade, vol. 1. 2008

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec. 2005.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/acidade/>> Acesso em: 12 de agosto de 2010.

_____.**Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos**. São José dos Campos: PMSJC. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec. 1994

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1985.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J.L.S. (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Informações dos Municípios Paulistas*. Disponível em: < http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/spd_01.ksh > Acesso em: 15 set de 2010.

SOUZA, Adriane A. Moraes de. **A especialização do lugar**: São José dos Campos como Centro de Tecnologia aeroespacial no país. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de, e RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

VIANNA, P. V. C. **Saúde e cidade**: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos (SP) e sua influencia sobre os serviços de saúde da década de 1980. Tese de Doutorado. UNIFESP. Universidade de São Paulo. 2004.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a historia do planejamento no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.